9CS0037  
[apad@iscte.pt](mailto:apad@iscte.pt)

IX Congresso Português de Sociologia, Faro, Algarve

**Rendimento Básico Incondicional - uma perspectiva abolicionista das ajudas sociais**

Um dos mais fortes argumentos justificativos da crise foi “estamos a viver acima das nossas possibilidades”. Não se referindo essa a frase ao esgotamento dos recursos não renováveis na Terra mas à política da dívida. Quem deve deve pagar. Isto é, quem não está em condições de sacar mais do que precisa para viver, em particular os pobres, devem pagar mais do que até aqui, como quem se purga e, assim, purificar toda a sociedade em “risco estrutural”.

Numa situação assim descrita, as políticas sociais são incapazes de oferecer perspectivas de vida que não sejam a sujeição ao assistencialismo, isto é, a partição da sociedade entre os que podem pagar as suas despesas e os que só podem sobreviver por favor alheio. Coincide, talvez não por acaso, com o ressurgimento da discussão do Rendimento Básico Incondicional. Para substituir o Rendimento Social de Inserção e outras prestações condicionadas a contratos. Substituir a ajuda económica e social pelo direito à dignidade garantido por uma verba regular capaz de permitir a existência sem ajudas a qualquer cidadão adulto sem necessidades especiais.

Um dos principais obstáculos identificados deste tipo de políticas é a oposição dos trabalhadores das áreas sociais, incluindo sociólogos, cujos empregos podem ser postos em risco de obsolescência. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, as espectativas de transformação associadas ao RBI fundam-se num novo aproveitamento das capacidades sociais actualmente atrofiadas pela cultura de controlo adoptadas pelas políticas sociais condicionadas.

A questão é: o que é mais racional? Manter um sector económico cuja matéria-prima é o crescente número de pobres ou abolir esse sector e dar directamente, como um direito, dinheiro directamente a todas as pessoas, sem discriminações?

Palavras chave: racional; pobreza; assistencialismo; direito; abolicionismo

Vivemos acima das nossas possibilidades? Apesar do uso culpabilizante desta frase pelas políticas opressivas, ela não pode deixar de ser colocada. Desde 1980 que a humanidade consome mais bens não renováveis do que aqueles que a Terra pode repor. Dados de 2012 indicam que, por ano, se consumiu mais 50% daquilo que a Terra pode renovar. E Portugal consumiu mais 132% do que a Terra que lhe cabe[[1]](#footnote-1) – um valor maior de 118%, o número da dívida pública de 2013 relativamente ao PIB.

Pela dimensão dos números, não se percebe o contraste entre o alarido da crise com a dívida pública e o alheamento dos problemas da eficiência ecológica. Tanto sacrifício para recuperar a confiança no sistema bancário falido – por culpa própria – e tanta insistência no modelo de desenvolvimento que não é capaz de evitar a miséria e a pobreza ou de dar atenção ao problema.[[2]](#footnote-2) Tanta queixa a respeito do afundar da classe média e tanta indiferença perante o abandono de cada vez mais gente à exclusão, principal fautora da pobreza.

Precisamos de austeridade, sim, mas não desta austeridade. Precisamos de deixar de seguir o modelo de vida idealizado a partir do New Deal, de que apenas uma pequena parte da humanidade pode desfrutar, e criar novos modelos de humanidade no horizonte da globalização, disponíveis para todos e, portanto, sem limites materiais de que o actual modelo dominante sofre. Para tal temos instrumentos extraordinários, como os mundos virtuais electrónicos, que devem continuar a crescer exponencialmente. E necessidades básicas para atender, como a sede, a fome, espaços de habitação e convívio ao mesmo tempo reservados e abertos, a protecção de acidentes e de ataques, vindos do interior ou do exterior.

reduzir os salários dos políticos eleitos, proibir a renovação de mandatos, assentar o trabalho militante em voluntários e não em funcionários, lutar contra as parcerias público-privadas em nome do interesse público, erradicar a praga dos consultores através dos quais interesses privados se transformam em públicos  
  
Ler mais: <http://visao.sapo.pt/o-partido-do-25-de-abril=f772420#ixzz2vU1jg3Xx>

O fundamental para melhorar a actual situação política é substituir, tão profunda e perenemente quanto possível, a) a ganância (pelo lucro e pelo salário), b) o alheamento (social e político) das responsabilidades entre as pessoas mais competitivas, c) a alienação nas actividades produtivas, na relação pessoal com o meio ambiente, nas opções de consumo, sobretudo em relação aos bens alimentares e produtos resultado de trabalho infantil, escravo, perigoso para a saúde dos trabalhadores, realizado em condições de exploração evidente. O RBI pode ser encarado como um instrumento político para ajudar a uma mudança paradigmática no sentido da solidariedade (por oferecer a oportunidade de maximizar moral e politicamente a dignidade humana de cada pessoa), da participação social e política (na medida em que as novas liberdades no desenvolvimento autónomo do sentido da vida em cada pessoa, sobretudo das novas gerações, deverá ser realizado no quadro de intervenções no espaço público), da promoção de práticas e conhecimentos de planeamento, intervenção, valorização, ocupação, beneficiação das relações sociais com os territórios, nomeadamente ao nível da protecção civil, da prevenção da violência, da economia solidária, da protecção de valores ecológicos.

O ministro da Administração Interna anuncia a compra de dois aviões de combate a incêndios como um acto de propaganda. Ele espera que a população veja nisso um acrescento de valor para o Estado poder combater aquilo que se passou a chamar a época de fogos. E, efectivamente, a noção de modernidade, progresso, desenvolvimento mais divulgada e aceite olha a acumulação (e a excelência – a obra e o prestígio) como valores sociais sem conteúdo que não seja a sua evidência aparente, mediática.

O facto de as carreiras políticas se terem autonomizado do destino das populações, o que explica a estranha democracia de promessas abandonadas no dia seguinte das eleições por gente ao serviço de interesses estranhos aos eleitores, com cada vez maiores rendimentos para si enquanto decidem menos rendimentos para os seus representados, é possível pela desmobilização política e partidária das populações. De gatas e receptivas a seja o que for que lhes possa ser apresentado, sobretudo se não houver alternativa, isto é, se a democracia for declarada incapaz pelos próprios políticos e aceite pelos partidos e pelos *media*.

Nas últimas décadas Portugal desertificou-se e uma faixa litoral entre Setúbal e o Porto acumula a maioria da população, à espera de empregos que faltam. A emigração nunca vista num pais de emigrantes faz a direita trocar as políticas de Portugal fortaleza por incentivos à imigração – a política dispensa a população portuguesa e pretende reconvertê-la com sangue novo (que os autóctones recusam a reproduzir-se neste estado a que se chegou). Querem maior pressão sobre os salários. Não lhes chega os mais de 15% de desemprego sustentados nos últimos anos.

É possível mudar a situação? É possível construir uma democracia? É possível sermos livres desta corja? Sim. Se se quiser entender que a obra que nos é oferecida – por exemplo, com os aviões para a época de incêndios – é Cavalos de Tróia (ou dívidas) com que os políticos e as actuais políticas nos submetem. Convencem-nos de que estão a trabalhar para o nosso desenvolvimento quando, manifesta e obviamente, estão a cumprir ordens superiores que não querem discutir. O papel da política actual é reprimir qualquer vislumbre de alternativa e reprimir a imaginação das populações, através das escolas, dos *media* e da criação de condições impossíveis para quem queira viver fora dos recintos reservados aos assalariados (com empregos cada vez mais miseráveis e desempregados).

Imaginemos: se todos e cada um dos residentes oficiais em Portugal tivesse direito a 500 euros mensais todos os meses na sua conta bancária, quantos não iriam viver para as suas aldeias natais, para cuidar das suas courelas, reclamar internet para poderem estar ligados ao mundo em qualquer parte? Para que seria, então, precisos estes aviões? Se as pessoas pudessem passar a cuidar do território, em vez de serem obrigadas a abandoná-lo?

Os preços das casas nas zonas metropolitanas baixariam, o que permitiria a quem ficasse – a maioria, naturalmente – beneficiar da nova situação de maior excesso de habitações.

500 euros incondicionais por pessoa custaria mais de 1/3 do produto interno bruto actual – depois da brutal recessão imposta pelas bolhas financeiras para benefício dos senhores do mundo. Porém, se se adoptasse uma política de combate à economia paralela (calculada em mais de ¼ do PIB) o mesmo rendimento básico incondicional poderia custar menos de 1/3 do PIB. A reanimação da agricultura, agora informada com as novas tecnologias e suportada por uma população capaz de ler e escrever, poderia aumentar o produto e reduzir um pouco mais a proporção referida.

Claro que os detentores de prédios nas áreas metropolitanas veriam decrescer o valor das suas edificações, em particular os bancos que promoveram a metropolização do país. Mas a verdade é que essa desvalorização está eminente e só poderá ser evitada à custa da vida das populações, por exemplo, vendendo o melhor a quem possa pagar, como chineses que certamente virão cá passar férias?!? E remetendo as populações locais para as periferias em degradação. Como num qualquer país de terceiro mundo, sim, o que nos espera com a nova política dos transacionáveis e vivermos para fornecer quem possa ir às compras nas grandes metrópoles.

O modelo de desenvolvimento actual é cada vez mais evidentemente estúpido, insensível às necessidades das pessoas, que de resto morrem de fome, sede e por falta de acesso a cuidados de saúde de forma tecnicamente completamente desnecessária, sem que as promessas dos mais poderosos do mundo de combater a pobreza no mundo tenham sido outra coisa senão o mesmo que nos habituaram: meras mentiras de circunstância.

Mudar isto vale 1/3 do PIB? Oferecer uma economia social (de preferência solidária) com este volume permitirá, ao mesmo tempo, que as empresas e o Estado capturem os outros 2/3 como bem entenderem. Não dizem, na retórica, que a sociedade civil deve ter condições para ser livre, tomar a iniciativa, ser empreendedora? Pois que se criem as condições para tal.

Porque que é que as pessoas têm de fazer depender o seu bem-estar das vicissitudes dos projectos económicos e políticos que lhes são impostos? Porque é que mais de 1/3 das crianças chega às escolas com fome e o Estado, em vez de tomar medidas para o evitar, oferece caridade para que as crianças não desfaleçam nas aulas? Porque é que ¼ dos idosos são explorados por familiares sem que as comunidades onde eles se podiam inserir os defendam? Porque é que cada vez mais gente vive só, na verdade abandonada?

O rendimento básico incondicional (RBI) poderia ter consequências extremamente benéficas no campo da prevenção dos graves problemas de saúde das populações, não tanto porque as pessoas passariam a ter acesso aos medicamentos mas sobretudo se o tempo actualmente perdido com depressões e violências provocadas por situações de desemprego fosse usada para educação para a boa vida e o bem-estar, através da divulgação das muitas disciplinas de boa disposição e pensamento positivo que têm efectivamente efeitos práticos nas vidas das pessoas. Também aqui, a passividade perante os cuidados de saúde, como é sabido, tem consequências desastrosas para a qualidade de vida das pessoas e para as despesas com saúde.

O RBI, por si só, não tem que seguir nem os concelhos aqui deixados nem outros quaisquer. Abre portas para a libertação das pessoas. Mas como no tempo da abolição da escravatura, muitos escravos não eram capazes de imaginar a sua vida com pessoas livres, também hoje em dia às pessoas custará usar a sua própria liberdade em sem favor. Os políticos ainda estarão por aí e teremos sempre que lidar com eles. Só que em melhores condições do que actualmente: em vez de imigrar ou passar fome ou nos envergonharmos pela estupidez de nos termos entregue a patrões, partidos, religiões, seja o que for, que não sabem respeitar-nos, qualquer de nós teria a garantia de poder ficar ou partir, sem que qualquer dessas decisões fosse feita em risco de vida ou de coração partido por abandono dos nossos entes queridos, que fará do resto dos nossos dias um tormento de sobrevivência.

Agora, se as rendas e despesas de vida são menores nas zonas desertificadas do país, é provável que ganhem atractividade e que aí haja condições para criar filhos em segurança. Nas terras dos seus ancestrais. Para que são precisos os aviões se as épocas de fogos podem ser abolidas? E a floresta ser replantada com plantas variadas e mais amigas das populações que os eucaliptos, embora de menos rápido crescimento? Nas cidades, em contrapartida, a vida metropolitana e cosmopolita pode entrecruzar-se de forma harmoniosa e rica com a urbanidade criada por artistas interventores nas salas de espectáculo e lazer mas também na rua, para onde as escolas poderiam também abrir-se, recriando espaços públicos nos seus campus mas, ao mesmo tempo, acompanhando os estudantes em activismos sociais os mais diversos. Procurando prestar serviços públicos – com a educação para a saúde, para a mobilidade (evitando as baixas na guerra das estradas), contra a violência (em particular contra as mulheres, as crianças e os velhos), contra a discriminação (por qualquer opção de vida individual; contra a xenofobia e o sociocentrismo), etc. – para além e ao mesmo tempo que prestará serviços a projectos empresariais que se entendam dignos deles. Se um projecto empresarial pode enriquecer a vida social ou o bem-estar de uma população minoritária, isso deve ser publicitado e ser um motivo de angariação de apoios por parte de uma população culturalmente vibrante (dispensando subsídios) e segura de si (dependente apenas da capacidade individual e colectiva de auto-organização). A publicidade enganosa poderia ser denunciada imediatamente e a liberdade permitiria que o marketing abandonasse a sedução alienante como sua principal estratégia.

A luta contra a corrupção, portanto, não seria uma luta de elites bem informadas, voluntariamente disponíveis para substituírem as agências reguladoras capturadas pelos regulados. Seria uma actividade quotidiana de quem tenha tempo e gosto de conhecer os mercados e visitar as empresas, numa ligação empresas-escolas que tanto se anuncia mas nunca se concretiza. Empresas opacas não teriam boa publicidade. As empresas transparentes beneficiariam da publicidade de quem as pode conhecer e, boca a boca ou através de blogs, pode beneficiar quem beneficie a sociedade.

Além dessas auditorias externas espontâneas, os trabalhadores de cada empresa poderiam ser questionados sobre os segredos da sua actividade, de cuja moralidade ecológica, social, fiscal, depende o bem-estar e saúde sociais. Por exemplo: uma vez detectados os riscos do amianto com que foram recobertas tantas escolas pelo País, porque razão o trabalho de imediata remoção do perigo para as crianças, pais, professores e funcionários fica dependente do orçamento de Estado (que tem, como se percebe, prioridades bem distintas das da saúde das populações) e não é organizado entre as pessoas mais directamente interessadas, devidamente formadas e equipadas para promover a rápida abolição dos riscos de cancro? Porque as pessoas só trabalham quando enquadradas pelo assalariamento e porque o Estado só deixa trabalhar quando oferece lucros a empresas. Mesmo à custa das populações. Evidentemente, algo está mal. Na cabeça das pessoas. Que aceitam serem usadas e mal tratadas pelo Estado (e pelas empresas).

<http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO294174.html?page=0>

**RBI como instrumento político do abolicionismo de classe média**

Desde tempos imemoriais a distinção entre ricos e pobres e as lutas entre credores e devedores caracterizam a vida social. Fará parte da natureza humana estar condenada à pobreza e à violência dos credores? Ou será possível abolir a pobreza e salvaguardar as vidas humanas em caso de dívidas?

A modernidade desenvolveu sociedades com classes médias alargadas. A crise do capitalismo ataca-as e, com elas, as possibilidades de vida democrática, sobretudo através da imposição de uma interpretação perversa e imposta pela força sobre qual sejam os papéis das instituições, a começar pelas instituições políticas e de regulação financeira. As classes médias passaram a ser consideradas supérfluas e culpadas das dívidas nacionais e soberanas, revelando uma ruptura estratégica entre a concentração dos poderes globais e a estabilidade das vidas locais.

Vive-se um momento de impasse, em que o sentimento de que é preciso continuar o caminho percorrido desde os anos 80 – à direita, isto dos que entendem que a pobreza é inelutável e os credores tê sempre razão – é dominante, embora, à medida que se revela a sua perversidade prática na vida quotidiana, as dúvidas assaltem cada vez as camadas mais activas das classes médias, enquanto as classes trabalhadoras e os empresários mantém as suas apostas em que as instituições que serviram para a abolição da luta de classes, a seguir à II Grande Guerra, poderão voltar a servir os mesmos fins (quando os problemas são outros).

Como às vezes se diz, é preciso outro Marx. Isto é, é precisa uma teoria prática capaz de mobilizar as acções revolucionárias que se sentem indispensáveis para resgatar a esperança e a alegria de viver. Embora, na verdade, em condições de afundamento das democracias de classe média que foram, e ainda são, apesar de tudo, ícones para os desvalidos, os proletários e a sua moral laboral messiânica apenas sirvam para evitar discutir e agir de forma inovadora (como é mais adequado dizer actualmente), em particular rompendo com as ciências sociais e em particular com as economias e sociologias de discurso único difundidas pelas universidades com efeitos castradores da imaginação política da populaça – cercada de psicólogos e trabalhadores sociais que lhes ocupam o tempo vago pelo desemprego e pelo desespero, nas sociedades mais ricas.

O abolicionismo terá por programa abolir a pobreza e todas as dependências individuais, incluindo a dos devedores perante os credores, sejam de natureza institucional (mais fáceis de abolir), sejam de natureza social (mais difíceis de abolir e alvo da maior atenção dos abolicionistas). Um programa como este deverá ser possível de cumprir abolindo as classes pobres e excluídas e as classes dominantes e auto-excluídas, fundando uma classe média plural e centrada nas tarefas de abolição da pobreza e das dependências individuais.

O RBI poderá ser, caso não venha a ser recuperado e esterilizado como tantas outras propostas de transformação social, um instrumento para a afirmação política do abolicionismo de classe média. Trata-se, na prática, de abolir as condições institucionais de reprodução da pobreza (o que além da dimensão orçamental deverá ter também uma dimensão de abolição das teorias sociais que não condenem a inelutabilidade da pobreza e da exclusão social) e de salvaguardar uma economia social estável, potencialmente solidária (caso as teorias sociais e a sensibilidade política se venha a encaminhar nessa direcção), base política da manutenção de uma classe média capaz de conviver com os antigos pobres e de os conquistar para as novas liberdades e potencialidades de interacção, globais e locais.

O Rendimento Básico Incondicional (RBI) pode ser um instrumento para organizar uma plataforma de convergência política para actualizar políticas inspiradas nos valores republicanos com vista a desinfestar o ambiente político da subserviência e do gosto masoquista pelas práticas de humilhação (das praxes universitárias aos PIIGS europeus). Trata-se de romper com o ordoliberalismo ou neoliberalismo, reconhecendo que a luta de classes não favorece uma saída prestável desta situação. Trata-se de lutar por assegurar um financiamento adequado e suficiente de uma economia social politicamente autonomizável da produção e do sistema financeiro, promotora da paz, da democracia e dos direitos humanos de nova geração, isto é, em que se possa confiar e participar de forma eticamente responsável e solidária na sua concretização prática.

**O que é o RBI?**

O RBI será o trabalho de concretização de três princípios simples e claros: a) a todos e cada um dos seres humanos deve ser reconhecido praticamente o direito de usufruir de uma vida digna, economicamente sustentada; b) o primeiro princípio deve ser concretizado independentemente das circunstâncias de vida actuais de cada pessoa em concreto; c) o Estado, garante da distribuição de recursos monetários iguais para todos e cada um para assegurar o primeiro princípio, sem condicionar a sua acção por nenhum tipo de informação que tenha sobre cada pessoa em concreto. Como diz no *site* do rendimento básico português, trata-se de uma prestação estatal universal, individual, incondicional e suficiente.

A concretização deste programa implica uma diferença substancial relativamente às sociedades conhecidas até hoje: será abolida a classe inferior da sociedade, sejam os intocáveis, os escravos, os trabalhadores ou os pobres. De outro modo, alguma coisa terá falhado na realização do ideário. Esta será acompanhada por uma profunda mudança sociocultural – deixará de ser possível encontrar sem abrigo ou pedintes sem uma reacção de quem passa; os menos qualificados dos cidadãos deixarão de poder reclamar contra os ciganos, os pretos, os drogados, os estrangeiros, os bêbados ou vagabundos que têm apoio do Estado; deixaremos de nos indignar platonicamente com as fraudes e a corrupção, porque passará a ser obrigação cívica de todos e de cada um denunciar e combater quaisquer fraudes que possam minar o sistema de justiça económica montado; ninguém se suicidará ou deixará morrer por falta de recursos para manter a vida (o que implica assegurar, além do RBI, políticas de alojamento e saúde disponíveis para todos e cada um).

Na verdade, o ponto crítico da proposta RBI é saber como promover a revolução cultural preliminar capaz de o estabelecer como base de novas sociedades e, portanto, novas políticas. Como romper com as éticas actuais da dívida divinizada e do trabalho subordinado tão arreigadas nas populações? E como responder à crise de aprofundamento destas duas éticas com liberdade e democracia, num sentido útil para a classe média e não para as oligarquias e os especuladores? O trabalho diversificado para angariar apoios políticos para o RBI, à esquerda, à direita e junto dos abstencionistas, pode constituir uma plataforma de reconstrução da moral social a favor dos valores actualmente dominantes (mas que é preciso criticar e actualizar) em contraponto com as propostas totalitárias que se agigantam outra vez no espectro político corrompido que vivemos.

A luta contra a desigualdade social terá, uma vez instalado o RBI, parâmetros estruturais perfeitamente estabelecidos; em vez de a desigualdade continuar a ser encarada como uma vantagem comparativa (que se sabe ser uma evidente mentira, pelo menos desde Wilkinson e Pickett, 2009). A distribuição RBI influenciará a redução dos leques salariais; a acomodação a uma sociedade sem classes humanamente degradadas transformará as ideologias – que por isso mesmo reclamam contra terem que se repensar; o reconhecimento das vantagens da promoção da igualdade de oportunidades, no ócio, na cultura, na ciência, nas segundas oportunidades, na participação política e mediática, passará a ser uma evidência culturalmente aceite. Nenhuma criança poderá pensar ter menor oportunidade que outra para orientar e escolher a sua vida, pois isso estará assegurado à partida pela simples tomada de consciência da sua existência autónoma e com direitos básicos incondicionais. Qualquer criança, com certeza, continuará sujeita aos abusos de outras crianças e de adultos. E esse deverá ser um assunto de extrema relevância no futuro, quando as limitações actuais impostas por uma justiça oligárquica e repressiva das iniciativas não-corporativas poderem ser expostas e combatidas. A violência doméstica e os abusos sexuais são matérias de profunda influência social e manifestamente são intratáveis no actual estado de coisas. Numa sociedade que acredite e tenha tempo e oportunidades para fazer justiça (nomeadamente compreendendo e desmontando as políticas do facto consumado, como a imposição das dívidas pela ameaça e violência (Greaber, 2011)), e que tenha uma economia social bem desenvolvida e autónoma, será possível enfrentar o âmago da formação da violência no ovo, dentro de cada (Wolfe, Wekerle & Scott, 1997; AAVV, 2013b).

**Fraternidade, completar o programa republicano**

O RBI pode ser usado como um instrumento político para valorizar não apenas a liberdade e a democracia, mas também a fraternidade, valor republicano revolucionário esquecido no torpor dos tempos e das lutas políticas. Ou melhor, reduzido às fraternidades das sociedades secretas de activistas políticos que, hoje em dia, perante as vitórias da moral da participação política universal (aberta até às mulheres e aos jovens, mesmo sem educação ou recursos económicos) são um verdadeiro véu de encobrimento dos interesses oligárquicos. Cabe-nos usar a fraternidade, alargada agora a toda a gente e a todo o tipo de associações, sobretudo as que não são secretas, para nos libertarmos das oligarquias, para abrir campo ao trabalho político de todos e qualquer um, num ambiente de maior segurança pessoal e colectiva. Quem assim prefira, por toda a vida ou apenas durante um período histórico que sinta ser particularmente mobilizador, poderá dedicar-se à vida política a tempo inteiro, mesmo sem apoio de aparelhos partidários ou de associações dependentes do sistema nepótico do Estado, ao contrário do que ocorre actualmente.

O que sugere, naturalmente, outros arranjos institucionais para dar estatuto às iniciativas políticas individuais, como as que actualmente caracterizam a vida pública e, sobretudo, na internet – como nunca antes terá ocorrido na história da humanidade.

O RBI não é uma solução: é um instrumento para se construir um ambiente social capaz de privilegiar uma direcção de esperança positiva na acção política perante a Singularidade (a crescente urbanização da vida de cada vez mais seres humanos, o crescente potencial belicista e securitário, a explosão do mundo virtual e das potencialidades das engenharias (Morris, 2013)) e não, como parece hoje, uma direcção política propensa ao ódio destrutivo.

O RBI pode ser uma plataforma política, entre outras, capaz de agregar os esforços e contribuições de várias sensibilidades políticas em torno das garantias económicas mínimas para que os direitos humanos possam deixar de ser uma quimera. O maior risco desta plataforma é deixar-se capturar pelo sistema político actual, oligárquico, corporativo e securitário, prepotente, egoísta e estúpido, em vez de se impor como forma de controlo sobre o sistema político-económico-militar-criminal actual. Para atingir esse objectivo de forma relativamente pacífica há que ser capaz de ir conquistando, intimamente, não só os povos mas também a maioria das pessoas empenhadas actualmente em dar alento às oligarquias dominantes.

Neste ponto, o principal problema é a revalorização do dinheiro e das funções públicas já não como segurança (tipo forte Knox ou do Tio Patinhas) mas como modo de gerir os bens comuns (controlo sobre o sistema financeiro a partir dos direitos humanos a uma vida digna e do sistema produtivo a partir de um bem viver com o ambiente físico, vivo e humano (Acosta, 2013)). É hoje evidente a impotência das principais potências mundiais para acabarem ou sequer minimizarem a pobreza (AAVV, 2013a). Portanto, há que reconhecer esse fracasso essencial de um dos objectivos auto-declarados pelos senhores do Mundo. Objectivo central do RBI.

**Uma perspectiva abolicionista do RBI**

Abolicionismo é o uso da nossa capacidade de auto-crítica. Para a generalidade dos seres humanos actuais, a começar pelas crianças (talvez seja um instinto da espécie ou até de toda a vida na Terra), ser igual aos outros, mimetizar os comportamentos alheios, conformar-se, reconhecer a própria impotência perante aquilo que lhe aparece como dominante, submeter-se e subordinar-se, é normal. Isto é, confunde-se com o próprio princípio de integração social e, em caso de desconformidade, de rebeldia, de criatividade, de inovação, a menos de algum tipo de protecção de alguém superior, o risco de aniquilamento é sentido como eminente. Aniquilamento por estranhos poderosos ou aniquilamento por parte da sua própria rede de sociabilidades, retraída por medos eventualmente irracionais, ou auto-aniquilamento por incapacidade de enfrentar o isolamento social decorrente desse tipo de comportamentos. Passar desapercebido, nos comportamentos, nas tomadas de posição, na acção, é praticamente a melhor ideia, maximizada pela concepção mecanicista do cosmos, do mundo e das relações sociais. O que torna o trabalho político indesejável para a esmagadora maioria das pessoas, mesmo quando se torna a profissão mais bem paga do mundo.

Quando se é confrontado (ou auto-confrontado) com práticas esdrúxulas, a primeira reacção é, geralmente, defensiva e evasiva. Mesmo nos adultos, com potencialidades de consciência mais consistentes que as crianças. Em forte medida porque estamos, enquanto sociedades modernas – sobretudo nas escolas e também nas universidades – reduzidos institucionalmente à nossa insignificância. Insignificância produzida institucionalmente e sobretudo evidente nos processos criminais. Apesar dos apelos ideológicos à auto-determinação e participação activa, quando grupos de pessoas levam a sério esses apelos e os tentam transformar em práticas concretas, vêm-se regularmente confrontados com repressão fora da lei e recriminações políticas, a somar a condenações criminais posteriores, pressionadas por governos, media e polícias.

pelo menos ao nível das instituições que dão o enquadramento da nossa identidade individual.

<http://www.rendimentobasico.pt/>

AAVV (2013a) Living in Dignity in the XXIst Century **-** Poverty andInequalities in Societies of Human Rights:  the paradox of democracies, Council of Europe Publishing,

http://rights-poverty.eu/guide/

AAVV (2013b) Transformative justice. S. Francisco: Generations FIVE.  http://www.generationfive.org/.

Acosta, Alberto (2013) El Buén Vivir - Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos, Barcelona, Icaria&Antrazyt

Greaber, David (2011) *Debt – the First 5000 Years*, Melville House Publishing, New York.

Morris, Ian (2013/2010) O Domínio do Ocidente, Lisboa Bertrand.

Wilkinson, Richard e Kate Pickett (2009) The Spirit Level – why more equal societies almost always do better, Penguin.

Wolfe, David A., Christine Wekerle, Katreena Scott (1997) Alternatives to violence Empowering Youth to Develop Healthy Relationships, London, Sage.

1. <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/portugal_tem_a_39ordf_maior_pegada_ecoloacutegica.html>, visto em 2014-04-01. [↑](#footnote-ref-1)
2. <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130618_verdade_fome_slogans_fn.shtml>, visto em 2014-04-01. [↑](#footnote-ref-2)